A Conferência Nacional de Educação na dimensão dos direitos humanos

The National Conference on Education and the human rights dimension

La Conferencia Nacional de Educación en la dimensión de los derechos humanos

BENNO SANDER

Na abertura desta reunião dos representantes das associações acadêmicas nacionais – ANFOPE, ANPAE, ANPED, CEDES e FORUMDIR – no âmbito da organização da *Conferência Nacional de Educação* (CONAE/2010), gostaria de unir-me, em representação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), aos dirigentes das nossas entidades irmãs e a todos e todas as colegas presentes para expressar minha satisfação pela oportunidade histórica de trabalharmos juntos na preparação e realização da CONAE.

Ao dar início a minha fala, gostaria de congratular-me com os dirigentes do Ministério da Educação, aqui representados pelo seu secretário executivo adjunto, Francisco das Chagas Fernandes, por tornarem este encontro possível, à luz dos objetivos maiores da Conferência Nacional de Educação. Gostaria de congratular-me, igualmente, com os dirigentes das nossas cinco entidades acadêmicas nacionais da sociedade civil organizada no campo da educação pelas iniciativas e pelos esforços para que aqui pudéssemos estar hoje num renovado exercício de articulação político-pedagógica.

Não é a primeira vez, e certamente não será a última, que nos articulamos na defesa do direito à educação de qualidade para todos; na concepção de um sistema nacional de educação; na formulação de políticas de democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar; e na concepção de práticas de gestão democrática da educação, de políticas e práticas relevantes de formação e valorização dos educadores e de financiamento sustentável da educação.

Na realidade, estes têm sido nossos temas recorrentes nas últimas décadas, como o testemunham nossa inserção nos movimentos sociais e debates nacionais em torno da *Constituinte* na década de 1980, da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* de 1996 e do *Plano Nacional de Educação* aprovado pelo Congresso Nacional em 2001, aliada à nossa participação no *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública* e nas lutas pela valorização e formação dos profissionais da educação.

Sem dúvida, a contribuição de nossas entidades à formação do pensamento pedagógico brasileiro ao longo dos anos é indicativa da crescente responsabilidade coletiva da sociedade civil no campo da educação. Efetivamente, recentes estudos, como o de Luiz Fernandes Dourado, publicado em 2006, mostram como o papel protagonista das entidades da sociedade civil na luta pela educação evoluiu e se consolidou nas últimas décadas, em particular no *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública* e outros recentes espaços de luta política pelo direito universal a uma educação de qualidade e pela formação e valorização dos profissionais da educação.

Foi nesses movimentos que reivindicamos a retomada do papel coordenador do Estado, exercido em parceria com a sociedade civil, no tocante à garantia de educação de qualidade para todos na dimensão dos direitos humanos e da formação cidadã. Por tudo isso, congratulamo-nos com as iniciativas do Ministério da Educação no que se refere às Conferências Nacionais temáticas já realizadas nos últimos anos e, especialmente, no tocante à próxima Conferência Nacional de Educação agendada para 2010, objeto das nossas deliberações de hoje e de amanhã.

Nesse contexto, destaco a importância dos *direitos humanos*, como fio condutor que perpassa os eixos temáticos da Conferência. Desde o primeiro eixo sobre a construção do *Sistema Nacional de Educação* aparece o *direito à educação* e o *papel do Estado* para garanti-lo, como variável estruturante das discussões em torno dos demais eixos, passando pela *gestão democrática e avaliação emancipatória*, pela *democratização do acesso*, *da permanência* e *do sucesso escolar*, pela *formação do educador* e pelo *financiamento da educação*, para terminar no eixo conclusivo que destaca as *políticas de inclusão*, *diversidade*, *igualdade* e *justiça social*, esta definida como a primeira virtude do Estado de Direito, como Estado dos cidadãos, na expressão de Norberto Bobbio.

Foi precisamente com esse espírito que nossas entidades se uniram na 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em Caxambu, em outubro de 2008, para juntos celebrarmos o 60º aniversário da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* das Nações Unidas. Ao recordar este ato público, é oportuno mencionar aqui que no encerramento das celebrações internacionais do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos em Nova Iorque, no dia 10 de dezembro próximo passado, a Assembléia Geral das Nações Unidas, consciente da relevância do tema, proclamou o ano de 2009 o *Ano Internacional da Aprendizagem sobre Direitos Humanos*. Ao proclamá-lo, fez um chamamento para que os países da comunidade internacional dediquem este ano a um renovado esforço para promover a melhoria da qualidade da educação, da aprendizagem e do diálogo sobre direitos humanos em toda a atividade humana ao redor do planeta.

O chamamento das Nações Unidas e de seus órgãos especializados, como a UNESCO, a UNICEF, a OIT e o Alto Comissionado para os Direitos Humanos, se dirige especialmente aos ministérios, secretarias, universidades, escolas, academias e entidades educacionais da sociedade civil pelo mundo afora, para que renovem seu compromisso social visando a assegurar às novas gerações as promessas da Declaração

Universal dos Direitos Humanos, com destaque para o direito à educação de qualidade para todos ao longo da vida. No Brasil esses compromissos estão consagrados na Constituição Cidadã de 1988 e se refletem nas políticas e estratégias de ação do *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da presidência da República, no *Plano Nacional de Educação* (*PNE*) de 2001, em projetos do *Plano de Desenvolvimento da Educação* (*PDE*), nas decisões de recentes conferências nacionais de educação e nas propostas enunciadas no documento de referência da *Conferência Nacional de Educação* de 2010.

À luz desse chamamento nacional e internacional estamos aqui reunidos para participarmos da preparação e realização da *Conferência Nacional de Educação* (*CONAE*), como espaço democrático de reflexão crítica e intercâmbio de conhecimentos e práticas em matéria de política e gestão da educação, na perspectiva estruturante dos direitos humanos e da cidadania. Em sintonia com os objetivos da CONAE, tenho a satisfação de participar-lhes que a ANPAE resolveu celebrar o Ano Internacional da Aprendizagem sobre Direitos Humanos no seu *XXIV Simpósio Brasileiro* e *III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação*, nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2009, em Vitória, no Espírito Santo. O Simpósio Brasileiro de Vitória, organizado pela ANPAE, em parceria com o Centro de Educação e seu Programa de Pós-Graduação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o apoio de organizações nacionais e internacionais de educação e desenvolvimento humano, tem por objetivo constituir-se em espaço de reflexão crítica, aprendizagem mútua e socialização de estudos e práticas de política e gestão democrática na perspectiva das diversidades e inclusões sociais trabalhadas no âmbito da educação.

Esta iniciativa será nossa maneira de participarmos das celebrações do Ano Internacional da Aprendizagem sobre Direitos Humanos, na convicção de que suas lições guardam relação com as necessidades sociais e aspirações educacionais da sociedade brasileira.

Pronunciamento feito em Brasília, no dia 4 de fevereiro de 2009,
em seminário do Fórum das Associações Acadêmicas de Educação,
realizado no âmbito da preparação da Conferência Nacional de Educação.

BENNO SANDER é presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), professor titular aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador e consultor em política e gestão da educação. É doutor em administração da educação pela Pontifícia Universidade Católica da América, com estudos de pós-doutorado em economia e planejamento da educação na Universidade de Harvard. E-mail: bennosander@terra.com.br.